

REDE PELA INCLUSÃO ESCOLAR

A inclusão, compreendida a partir do movimento que defende a universalização dos direitos humanos, desponta como perspectiva norteadora das políticas públicas, das propostas de atendimento e de formação profissional em diferentes áreas do conhecimento e setores sociais. Nas últimas décadas, a Educação Especial tem contemplado os influxos dessa discussão no que se refere ao acesso de alunos com deficiências no ensino comum e, sobretudo, ao pertencimento a esses espaços a partir do reconhecimento da alteridade. No plano normativo, a Resolução 04/2009 do CNE e o Decreto n. 6949/2009 determinam que a escolarização dos alunos com deficiência ocorra no ensino comum, com efeitos que se mostram na ampliação das matrículas nas escolas regulares e na exigência de qualificação dos docentes e demais profissionais da educação. Atualmente, segundo o Censo Escolar, 85% desses alunos encontram-se nas classes comuns, configurando uma realidade educacional muito diversa daquela conhecida no início dos anos 2000. Tais proposições suscitam um grande número de debates e produções voltadas, por exemplo, para a análise do atendimento educacional especializado, da formação inicial e continuada de professores, do currículo e da gestão.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul através, sobretudo, da *Faculdade de Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Incluir: Núcleo de Inclusão e Acessibilidade*, tem sido pioneira no enfrentamento dessas questões, bem como na luta contra a desigualdade escolar; na defesa da educação obrigatória para todos; na proposição da inclusão escolar como pressuposto pedagógico, epistemológico, ético e político nos contextos nacional e internacional.

Considerando nossa trajetória de ensino, pesquisa e extensão, nos contextos nacional e internacional, viemos a público objetar o movimento que a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI do Ministério da Educação - MEC realiza, no sentido de reformar, “atualizar”, a atual Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008), sem um amplo e democrático debate com todos os setores, agentes e instituições envolvidos com a educação especial /inclusão escolar. Compreendemos que uma consulta pública “visando melhorias nas políticas de educação especial” no atual contexto brasileiro, quando vivemos sob os auspícios de um governo não representativo dos nossos anseios, constitui-se como uma ação politicamente ambígua e refém de diferentes agenciamentos, sobretudo, por não enunciar claramente seus objetivos nacionais de médios e longo prazos. O atual estágio do conhecimento indica que o espaço da escolarização deve ser sempre o ensino comum. Neste sentido, reiteramos a inclusão escolar como diretriz pedagógica, epistemológica, política e ética.

No dia 07 de junho de 2018, realizou-se na Faculdade de Educação da UFRGS o ato de fundação da REDE PELA INCLUSÃO ESCOLAR. Participaram os professores de diferentes unidades vinculados à área da educação especial/inclusão escolar. Novos atos, manifestações e petições pelo apoio incondicional ao direito à educação e à democracia no Brasil serão propostos.

Assinam,

Faculdade de Educação – UFRGS

Adriana Maria Arioli - UFRGS - Coord. Núcleo de Inclusão e Acessibilidade

Adriana da Silva Thoma - UFRGS-FACED-PPGEDU

Carla Karnoppi Vasques - UFRGS-FACED-PPGEDU- NUPPEC

Cláudia Rodrigues de Freitas - UFRGS-FACED-PPGEDU

Claudio Roberto Baptista - UFRGS-FACED-PPGEDU - Coord. NEPIE

Daniele Noal Gai - UFRGS-FACED-PPGEDU

Eduardo Cardoso - UFRGS-ARQUITETURA

Gabriela Brabo - UFRGS-FACED

Liliana Maria Passerino - UFRGS-FACED-PPGEDU-PPGIE- Coord. TEIAS

Liliane Ferrari Giordani - UFRGS-FACED – Coord. DEE

Lodenir Becker Karnopp - UFRGS-FACED-PPGEDU